

## CAPÍTULO I

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e... (CORREA, 2002, p. 9).*

A partir da concepção de que é no lugar, no espaço urbano, onde as pessoas vivem, interagem e se articulam sob a égide de regras e normas de convivência social que disciplinam as inter-relações dos grupamentos humanos, é que se pode sugerir um modelo de desenvolvimento sustentável para a cidade de São Pedro do Piauí.

O atual processo de exclusão social por que passa a sociedade brasileira, inicia-se nas pequenas cidades, onde a baixa taxa de ocupação da população em idade economicamente ativa, seja no emprego formal ou informal, continua presente e crescente, desencadeando um processo migratório, muitas vezes contrário aos interesses e anseios da população nelas residentes.

A condição de desocupada, motiva essa população a procurar meios para a sobrevivência em qualquer outro espaço geográfico que lhe garanta um mínimo de condições para o atendimento de suas necessidades básicas. Fugindo do problema e em busca de soluções, ela flutua e se aglomera por entre as cercanias das cidades de porte médio e grande, carreando, como consequência, demandas sociais, nem sempre atendidas pelos instrumentais das políticas públicas urbanas, face, principalmente, pela exponencialidade com que essas demandas ocorrem. Essa é uma realidade brasileira na qual o Piauí também se insere.

As cidades piauienses, menos desenvolvidas, são hoje, potenciais incubadoras de graves problemas sociais que, cedo ou tarde, se incorporarão ao contexto de cidades mais

desenvolvidas, por força do processo migratório a que já nos referimos e com uma forte tendência preferencial por Teresina, haja vista ser esta a que potencializa maiores condições para a geração de emprego e renda, pelo menos na concepção dos migrantes.

O despreparo dos agentes públicos nessas cidades (prefeitos e outras autoridades municipais) contribui de modo decisivo para a ineficiência do processo administrativo governamental, prevalecendo, na maioria dos casos, um convencionalismo arcaico no modo de administrar e gerando por conseguinte, um hermético círculo vicioso que inviabiliza qualquer tentativa de promoção do desenvolvimento.

O exíguo conjunto de informações institucionais existente, dificulta em muito, a identificação das carências locais, fato que contribui para inibir a descoberta de suas potencialidades. Não se conhecendo as deficiências locais, como identificar as possíveis soluções? A inconsistência de dados em relação às carências e potencialidades, também se apresenta como entrave para a implantação de uma estrutura capaz de promover um desenvolvimento sustentável, no nível local. A essas dificuldades, atrele-se ainda, as ingerências políticas anti-desenvolvimentistas.

A sustentabilidade local requer uma adequação das condições ambientais, sociais, econômicas, institucionais, políticas e tecnológicas ao conceito de desenvolvimento local. Isso implica na elaboração de um plano de desenvolvimento abrangente e interinstitucional. Em se tratando de um município, dado o nível de complexidade que envolve a elaboração de um plano de desenvolvimento, que deve contemplar os setores urbano e rural, requer a compreensão e análise aprofundada de todos os problemas que envolvem a administração municipal. Neste caso, trata-se portanto da elaboração de um plano diretor para o município, o que não é a finalidade de nosso trabalho.

Fundamentar-se-á uma proposta com vistas a contribuir para que a comunidade sampedrense tenha um modelo de desenvolvimento sustentável – dimensão urbana, de modo responsável, integrado e participativo, levando em conta suas potencialidades naturais, sua diversidade cultural, as possibilidades político-institucionais, as vocações tecnológicas e os anseios de seus habitantes.

O modelo proposto, deverá ser consubstanciado em duas grandes vertentes do desenvolvimento sustentável. A primeira, voltar-se-á para proposições que se coadunem com a preservação, conservação e exploração racional dos recursos naturais existentes,

adequando-se um modelo de exploração econômica das potencialidades, passíveis de utilização, no caso, o açude público e as terras de seu entorno. A segunda, terá como foco, a inclusão social, através de um processo de inserção dos agentes sociais nas decisões que vislumbrem a promoção de atividades econômicas que lhes garantam a subsistência com trabalho e dignidade. Para isto, imagina-se a efetiva participação das diversas associações comunitárias existentes na cidade, na definição das estratégias e no planejamento das atividades a serem desenvolvidas.

A cidade de São Pedro do Piauí apresenta um quadro de exclusão social bastante comum na maioria nas cidades piauienses. As razões dessa exclusão estão baseadas na incapacidade das forças produtivas endógenas de absorverem o contingente de jovens e adultos que anualmente se incorpora ao número de pessoas ociosas já existentes.

Sem ocupação, sem renda e sem perspectivas para o futuro, os jovens se deparam com somente duas alternativas: migrarem para cidades mais próximas que lhes possibilitem sonhar com oportunidades de trabalho ou permanecer na cidade formando uma legião de excluídos do processo de desenvolvimento.

A publicação do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano relativo ao ano 2000, pelo IBGE/Instituto João Pinheiro/IPEA, demonstra que o componente renda foi o que menos contribuiu para o crescimento do IDH-Geral no período compreendido entre 1991 e 2000, conforme tabela 01:

Tabela nº 01 – Índice de Desenvolvimento Humano de São Pedro do Piauí

IDH-M* <sup>1</sup>		Cresc.	IDH-R* <sup>2</sup>		Cresc.	IDH-L* <sup>3</sup>		Cresc.	IDH-E* <sup>4</sup>		Cresc.
1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
0,545	0,634	16,3	0,43	0,494	14,9	0,627	0,721	15	0,686	0,578	18,7

Fonte: IBGE/Insituto João Pinheiro/IPEA - 2000

\*<sup>1</sup> - Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal

\*<sup>2</sup> - Índice de Desenvolvimento Humano - Renda

\*<sup>3</sup> - Índice de Desenvolvimento Humano - Longevidade

\*<sup>4</sup> - Índice de Desenvolvimento Humano - Educação

O aspecto renda, portanto, concentra o maior desafio daquela comunidade para os próximos anos, haja vista que nos últimos dez anos, as ações promotoras de desenvolvimento desenvolvidas pelos setores públicos e privados, não foram capazes de absorverem a população economicamente ativa, gerando por conseguinte, um considerável incremento no número de desocupados, excluídos portanto, do processo produtivo.

Promover ações que contemplem o aproveitamento dos recursos disponíveis, é um imperativo oportuno e necessário, tendo em vista a fraca capacidade de reação do setor privado ante às necessidades reclamadas pela sociedade. Os recursos naturais disponíveis como água e solo, principalmente, possuem uma vasta capacidade de, se bem combinados e explorados de maneira adequada e com orientação técnica para o manejo, propiciar condições de absorver a mão-de-obra excedente e excluída.

A estratégia de desenvolvimento da cidade deve, portanto, ser dirigida, fundamentalmente, para conseguir uma maior articulação produtiva entre os fatores de produção locais, a fim de propiciar a reversão do atual estado de exclusão social.

Com o suporte científico da pesquisa, nota-se a priori, que a comunidade está ávida por uma oportunidade de trabalho que lhe dê a garantia de uma renda mínima. O contingente de mão-de-obra desocupada, tem convicção e idéia bem formada sobre a necessidade de se aproveitar os recursos disponíveis. Falta-lhes uma ação norteadora que indique o caminho a seguir e os conhecimentos técnicos sobre como utilizar e proteger o que, gratuitamente, a natureza oferece.

Daí, a necessidade de um plano de desenvolvimento centrado nas potencialidades da cidade, orientado para aglutinar os agentes sociais em torno de uma base produtiva, observadas as suas aptidões, seus desejos produtivos, o mercado, de modo a integrá-los, assisti-los e orientá-los na prática de uma nova vivência social e produtiva.

Orientar o fluxo de investimento público para a geração de emprego e renda, é a maneira mais plausível que se vislumbra para evitar o crescimento da migração e da exclusão social nessa comunidade.

Diante das evidências de tantos problemas, principalmente nas áreas econômicas, sociais e ambientais, cujas soluções demandam uma série de ações interdisciplinares, concatenadas de modo a se completarem, torna-se necessário e imperioso que se formule

propostas de desenvolvimento com foco na interdisciplinaridade tendo em vista as diversas áreas científicas, nas quais os problemas se apresentam.

Sincronizar ações de forma a integrar os diversos conhecimentos científicos, principalmente nas áreas da economia, da sociologia e da ecologia, é também o que se pretende com a elaboração do presente trabalho, partindo-se da idéia de que é possível harmonizar as especificidades de cada vertente científica, de modo que contemple o desenvolvimento local integrado e sustentável.

O modelo de desenvolvimento a ser proposto, deverá contemplar também a introdução de novas tecnologias que, aliadas às existentes, possam gerar produtos e renda sem comprometer a sustentabilidade do local e com isso, inferir positivamente na redução da emigração.

Para a implementação das propostas que visem desenvolver a cidade com a sustentabilidade que se pretende, é importante elencar os diversos potenciais disponíveis no local, dentre os quais, os recursos naturais, as potencialidades sociais e humanas, os recursos tecnológicos, a cultura local e os referenciais históricos que caracterizam a comunidade e o espaço geográfico.

No entorno do perímetro urbano de São Pedro do Piauí concentra-se vasta porção de terras úmidas (brejos), dividida em pequenas propriedades pertencentes a poucos proprietários. Essas terras são banhadas pelas águas do Açude Público Laranjeiras (planta em anexo), que têm origem em um vertedouro natural existente no fundo de sua bacia.

Na pesquisa realizada, detectou-se que a população, vislumbra a utilização do açude como sendo uma das possibilidades factíveis de exploração econômica, atendidos os preceitos da sustentabilidade ambiental.

Operacionalizar essa aspiração da comunidade, perpassa por decisão do governo municipal, no sentido de adequar a realidade urbana aos ditames do Estatuto da Cidade, - Lei Federal nº 10.257/ 2001- Estatuto da Cidade(anexa), que regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece as diretrizes gerais de políticas urbanas, remetendo ao Poder Executivo Municipal a obrigação de definir através de Lei Municipal, as normas de ordem pública e interesse social, que regulam o uso da propriedade urbana em prol do uso coletivo.

No caso de São Pedro do Piauí, mormente no que concerne à utilização racional do espaço urbano que circunda o açude público, necessário se faz que o Poder Executivo Municipal, envide esforços no sentido de disciplinar, coordenar e apoiar ações que visem a conservação do açude e sua utilização racional na exploração de atividades econômicas.

Outro aspecto de relevância a ser considerado, concentra-se na presente impossibilidade de exploração das terras em derredor do açude, tendo em vista tratar-se de propriedades particulares, onde seus detentores não permitem qualquer tipo de exploração econômica por parte dos residentes periféricos.

O açude existe há cerca de 58 anos e hoje se apresenta com as seguintes características positivas e indutoras para seu uso racional na exploração de atividades capazes de gerar emprego e renda para a comunidade:

1. O espelho d'água corresponde a 7,76 hectares;
2. A qualidade da água, segundo análise físico-química em anexo, atenda às exigências mínimas para pequenas irrigações;
3. No período de carga máxima – período das chuvas, acumula cerca de 200.000 m<sup>3</sup> de água, de acordo com o levantamento empírico realizado. (Mediu-se a profundidade em 18 pontos aleatórios da bacia, donde foi possível encontrar uma profundidade média de 2,58 m);
4. Possui um vertedouro natural (olho d'água) no corpo de sua bacia, a montante de sua crista. Característica esta que nunca o permitiu secar;
5. O sistema de escoamento das águas (sangradouro), não permite que o perímetro molhado sofra inundações;
6. Através da análise do solo realizada pelo Laboratório de Análise de Solos (LASO) da Universidade Federal do Piauí, constata-se que, com as correções e adubações sugeridas por aquela entidade, as terras localizadas no entorno do açude se prestam para o cultivo de diversas culturas, principalmente, hortaliças.

#### 1.1 - PROBLEMAS SÓCIOAMBIENTAIS

A falta de uma drenagem urbana capaz de conter o assoreamento do açude, é o principal fator de impacto negativo de agressão a esse recurso, conforme se constata através das fotografias 01 e 02, retratando o alto grau de vulnerabilidade ambiental a que o Açude



Público Laranjeiras estar submetido, tendo em vista que o escoamento das águas se dar diretamente, por gravidade, para sua bacia.



FOTOGRAFIA 01 – ESCOAMENTO DE ÁGUAS À CEU ABERTO

Foto: Rui Araújo de Azevedo

FOTOGRAFIA 02 – ESCOAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS



Foto: Rui Araújo de Azevedo



A população da cidade também está contribuindo com a poluição do açude com a deposição de matéria inorgânica (lixo plástico) em sua bacia conforme se comprova através das fotografias 03 e 04 em destaque. Através delas comprova-se que a população não está convenientemente esclarecida sobre a real necessidade de se desenvolver uma prática que vise proteger o Açude Público Laranjeiras dos impactos negativos a que está exposto.

Ressalte-se portanto, a urgência de se implementar um plano de ações voltado para a sua limpeza e conservação, aliado a uma ação pedagógica centrada na Educação Ambiental da população.

#### FOTOGRAFIA 03 – DEPOSIÇÃO DE MATÉRIA INORGÂNICA



Foto: Rui Araújo de Azevedo



## FOTOGRAFIA 04 – DEPOSIÇÃO DE MATÉRIA INORGÂNICA



Foto: Rui Araújo de Azevedo

Segundo depoimentos colhidos de pessoas residentes na cidade há mais de trinta anos, a parte mais profunda do açude, na década de 70, alcançava 6,50 m. De acordo com as dezessete medições realizadas em diversos pontos transversais do açude, em nenhum deles observou-se profundidade  $> 3,50$  m. Deduz-se pois que, a persistir o assoreamento e carga de poluentes despejada no açude e, considerando que ambos os impactos negativos são crescentes em função do aumento natural da população, em pouco tempo o açude não mais constará da paisagem natural.

Há necessidade urgente de se priorizar medidas que contenham o assoreamento do açude. As fotografias apresentadas, confirmam o assoreamento natural provocado pela erosão e a poluição de suas águas. A erosão e o despejo de águas servidas, contribuem para que o açude se transforme numa lagoa poluída com graves consequências para o meio ambiente.

A deteriorização dos espaços naturais, com o crescente despejo de uma massa poluidora sobre o meio ambiente, tem agravado sobremaneira o quadro de incertezas sociais futuras, tendo em vista serem as condições sanitárias de uma cidade, fatores determinantes para a saúde da população.

Em diversos locais da malha urbana da cidade, foram detectados pontos causadores de impactos negativos sobre o meio ambiente, tais como, a existência de sarjetas onde as águas servidas convergem para o açude, conforme se pode observar através das fotos n.ºs. 01 e 02. Os habitantes da cidade e a própria prefeitura contribuem para que a drenagem das águas se faça através de galerias, canaletas e córregos naturais que, ao longo do percurso até o açude, carregam e acumulam o lixo depositado nos leitos das ruas, aumentando assim, a carga de poluentes.

Como os entulhos úmidos facilitam a proliferação de doenças infecto-contagiosas, provocadas pelos seus vetores (moscas, mosquitos, ratos, baratas etc.), presume-se serem graves as consequências para os habitantes que, a julgar pelo simples fato de colocarem lixo no leito das ruas, denota-se a falta de educação ambiental.

Há portanto, a premente necessidade de se institucionalizar, promover e divulgar a educação ambiental junto a população, a começar pelas crianças e adolescentes que freqüentam as escolas do ensino fundamental no município. Para isto, acredita-se ser necessário que a Secretaria Municipal de Educação promova a adequação curricular do Ensino Fundamental às sugestões contidas na Lei 9.795 de 27.04.99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e no Decreto n.º 4.281 de 25.06.2002 que regulamenta a aplicação dessa política.

Não menos necessária e urgente é a implantação de um modelo de gestão ambiental no qual se viabilize a sistematização da limpeza pública, dando aos resíduos orgânicos e inorgânicos o destino adequado e que contemple a eliminação dos focos de contaminação a fim de que se minimize a vulnerabilidade às doenças a que está exposta a população da cidade.

Incentivar e nutrir o sentimento cooperativo e solidário, deverá fazer parte das ações públicas voltadas para a consecução do desenvolvimento sustentável. Essa cooperação solidária requer um conjunto de ações integradas que estejam diretamente relacionadas aos recursos naturais e sócio-econômicos, com a participação da comunidade e entidades governamentais e não governamentais para a proteção ou recuperação das condições naturais e do potencial produtivo.

Desenvolver, implantar, aprimorar e acompanhar um plano de gestão ambiental, são etapas obrigatórias no desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade que busque a melhoria da qualidade de vida, num ambiente saudável.

O que até agora está sendo depredado, poderá se tornar em potencialidade capaz de promover o desenvolvimento sócio-econômico da cidade, desde que o setor público e a comunidade se unam em parceria na formulação de propostas que visem:

- a) Gerar emprego e renda;
- b) Ocupar parte da população economicamente ativa da cidade;
- c) Incentivar o empreendedorismo;
- d) Estancar o crescimento de graves problemas ambientais;
- e) Deter o movimento migratório, na medida do possível, a fim de evitar a transferência dos problemas sociais e econômicos para outras cidades.